

UMA VISÃO SISTÊMICA DA SOCIEDADE E DOS PARTIDOS POLÍTICOS: *ROBERT MICHELS E O OLIGÁRQUICO-ELITISMO*

Tiago Rego Ramalho

Membro associado ao Observatório Político

Introdução

A Democracia Moderna Ocidental, tal como hoje a conhecemos, apresenta-se indissociável de uma liberdade civilizacional - a Liberdade de Associação - conforme John Stuart Mill afirmara no século XIX. Os Partidos Políticos, no respeitante à representatividade dos cidadãos, desempenham um papel preponderante no modelo Democrático, unanimemente aceite pela cultura Ocidental. Serão úteis e viáveis perante o paradigma vigente, responsáveis e representativos dos seus concidadãos? Muitas interpretações têm sido observadas no decorrer dos anos, embora a atualidade demonstre alguns sinais de rutura para com as novas problemáticas que têm atravessado o Mundo Ocidental. O intuito deste trabalho passa por observar uma realidade intrínseca a todos os Partidos Políticos, sob um espectro condizente com uma dinâmica Sistémica. Duas vertentes mereceram um impacto necessário. Não me cingindo a realidades histórias, contextuais e particulares em concreto, procederei a uma análise sistémica sobre um padrão comum e universal. Como tal, o vetor do oligárquico-elitismo e a sua prática corporizada na dimensão partidária apresentam-se como a dimensão em análise. Genericamente, este trabalho decompõe-se em duas partes. Inicialmente, apresentarei uma realidade abrangente que denominarei como composição sistémica. Esta fração do trabalho tem por base salientar o panorama geral do enquadramento político. O enfoque sobre as forças partidárias, ou seja, a tipologia, organização ou estrutura partidária, será alvo de um tratamento proporcional. De seguida, como cerne do trabalho, a dinâmica sistémica correlacionada com a prática do oligárquico-elitismo. Assim, pretendemos demonstrar a conexão existente entre o oligarquismo elitista e a manipulação e controlo das massas. Proferir as características dos Partidos Políticos implica aflorar o comportamento sistémico no âmbito democrático.

Estruturação Conceptual

Composição Sistémica

A abordagem inicial do trabalho requer uma apresentação genérica no que respeita aos elementos que perfazem o panorama sistémico. A análise apresentar-se-á sobre um horizonte macroscópico, deixando as particularidades (análise microscópica) para uma etapa subsequente na respetiva investigação. A visão repercute-se a uma abstração de realidades contextuais concretas. A abordagem sistémica, adotada neste exercício, revela a indispensabilidade de definirmos esse mesmo modelo. O presente, combina plasticamente estruturas que, por sua vez, apresentam-se submetidas a uma dinâmica endógena, abarcando uma congruência interna, sendo que uma desarticulação da mesma engendraria uma outra. Nesse todo sistémico, as estruturas, obedecendo a um princípio organizador, formam um conjunto inter-relacional de determinadas partículas, constituindo um agregado macro das mesmas. Sendo assim, um sistema brota como uma proporção dissemelhante dos variados elementos constitutivos. Perante sociedades díspares, concebemos diferentes disposições estruturais.

Perante a nossa área científica - o estudo do fenómeno político - importa reter as múltiplas especificidades que proliferam no Sistema Político. Um dado sistema político revela-se como uma estrutura da sociedade global, determinada por elementos e relações específicas. Um qualquer sistema político aglutina fatores como são as exigências, recursos e as limitações. Relativamente ao binómio sistema político/regime político, muitos apresentam uma diferenciação entre estes dois conceitos, embora algumas escolas não clarifiquem a distinção entre ambos, nomeadamente a escola anglo-saxónica. Por sua vez, a escola francesa tende a cimentar uma separação entre os dois conceitos. Seguindo a perspetiva de David Easton, o Sistema Político abarca componentes como a Autoridade, Regime e Comunidade Política. Destarte, os Regimes detêm Princípios, Rendimento e Instituições (Cf. Pasquino, 2005: pp. 13 e 17). Maurice Duverger clarifica a particularidade do Regime numa ótica sistémica: “*chama-se regime político ao subsistema assim constituído pelo conjunto das instituições políticas dum sistema social*” (Duverger, 1985: 12). Torna-se elucidativo que o Sistema Político abarca um campo mais vasto, amplo e geral, contendo um subsistema - o Regime Político. O Sistema Político é, na realidade, um conjunto do Sistema Social, centrando-se nos seus elementos políticos. Uma expressão de António José Fernandes sintetiza de uma forma clarificadora a essência de determinado Sistema Político, senão vejamos, “*O principal elemento dos sistemas políticos é a sede do Poder, e todo o processo político se traduz essencialmente numa luta pela*

sua ocupação e manutenção” (Fernandes, 2008: 150). Na globalidade, em que se insere o Sistema Político, afigura-se indispensável a orquestração de subsistemas, no intuito de complementar as respetivas partes numa totalidade orgânica. Consequentemente, de uma forma linear, propomo-nos a apresentar, genericamente, os vários subsistemas, como são o Sistema Eleitoral, o Sistema de Partidos e o Sistema de Governo.

Seguindo uma lógica hierárquica de estruturação do Poder, abordaremos inicialmente o Sistema Eleitoral. Compondo-se por uma definição das regras de eleição e designação dos representantes dos eleitores, apresenta-se como o conjunto de regras que determinará o modo de eleição dos titulares de determinados órgãos políticos. Em última análise, um sistema eleitoral *“compreende um conjunto de elementos inerentes às eleições políticas de cada país”* (Idem: 220). No respeitante ao campo eleitoral, ou seja, a determinação e estipulação daqueles que poderão exercer o direito de voto, poderemos destacar três formas de sufrágio¹: Universal, Censitário e Capacitário. Os dois principais métodos eleitorais são o maioritário a uma volta ou a duas voltas e o proporcional², como processo de escrutínio dos votos eleitorais, destacando-se ainda, um processo misto, adotado por países como a Alemanha ou a Itália. O modelo proporcional é vulgarmente adicionado segundo o método de Hondt³, como é patente no sistema português. De seguida passamos em revista o Sistema de Partidos, indissociável, mas não absolutamente resultante do Sistema Eleitoral. Assim, a relação entre estes dois sistemas assume uma preponderância crucial na dinâmica sistémica. O Sistema Eleitoral ajuda na definição e esclarecimento do Sistema de Partidos, embora não determine indubitavelmente o seu cenário (Cf. Pasquino, 2005: 40).

Genericamente, um qualquer Sistema de Partidos, identifica-se com o número e tipo de Partidos que atuam num determinado Sistema Político. Este mesmo Sistema, compreende as interações entre os Partidos e a Sociedade Civil. É de extrema relevância a dimensão eleitoral e o modo de exercício do Poder, bem como as respetivas consequências no cômputo integral do Sistema de Partidos. Estes, por sua vez, são mutáveis, consoante as sociedades em análise e as próprias realidades culturais, e mesmo o Sistema Eleitoral, como atrás havia referenciado. Torna-se perentório salientar, sem querer aprofundar esta temática por via de não

¹ No que respeita ao campo eleitoral, as três formas de sufrágio estipuladas respeitam regras antecipadamente firmadas. Contudo, as espécies de sufrágio são três: eleições, referendos e plebiscitos, (podendo este último modelo ser direto ou indireto).

² Destaco o facto de ser característica própria de um sistema maioritário a procura de maior estabilidade política e governativa (e.g. o caso britânico), sendo que o sistema proporcional permite maior equidade em termos de representação dos partidos políticos (e.g. o caso português), o que se traduz, na maioria dos casos, em menor estabilidade.

³ Porém, são exemplos de outros métodos os seguintes: Saint-Lague, Hare, Hamilton, Jefferson, Adams, Webster ou Hill Huntington. Sendo que o método de Hondt e o método de Webster, pela sua simplicidade aritmética, são os mais requeridos.

ser o núcleo central da nossa investigação, que os interesses instalados (político-económico-financeiros) não deixam de assumir um profundo processo mobilizador (psicologia das Massas), em que os meios de comunicação poderão funcionar como um instrumento ao serviço desses mesmos interesses. Recordo aqui a obra de Karl Popper e John Condry, *“Televisão: Um Perigo Para A Democracia”*, em que o ser humano, por via de um processo envolto numa certa alienação da condição humana, e manipulação ou condicionamento da sua atividade, se vê instrumentalizado ao serviço de um dado “cartel” ou conveniência enraizada numa dada Sociedade. Regressando à análise do Sistema de Partidos, *“como um conjunto de relações determinado pelo número de partidos existentes num dado sistema político, pela sua dimensão relativa e pelo tipo de relações que se estabelecem entre eles e o Estado”* (Fernandes, 2008: 200), releva-se perentório definir quais os Partidos Políticos de determinado sistema que serão alvos de estudo. Alguns tendem a valorizar ou contabilizar todo o espectro partidário, embora outros recorram à análise das forças políticas que realmente assumem preponderância no quadro governativo e parlamentar, contando assim, aqueles que realmente assumem expressão eleitoral. No que concerne ao quadro de sistemas de Partidos, alguns investigadores colocam-se sobre uma decomposição generalizada, destacando assim: Monopartidarismo, Bipartidarismo e Multipartidarismo⁴. Partindo desta tríade, vários investigadores viriam a tentar aprofundar as classificações, como Jean Blondel⁵. Outros autores, como Proença de Carvalho (Cf. Proença de Carvalho, 2010: 106), perfilhando uma base de indagação minuciosa e microscópica, podem delinear uma classificação com 8 propostas.

Por fim, a explanação destes sistemas dinâmicos cessa com a exposição dos elementos significantes do Sistema de Governo. A correlação dos três sistemas é notória em toda a dinâmica que completa o sistema político, *“o sistema eleitoral produz, certamente, efeitos significativos sobre os partidos, o Parlamento e o Governo”* (Pasquino, 2005: 40). O Sistema de Governo comporta uma relação entre órgãos políticos e respetivos titulares dos mesmos, realçando-se a hierarquização existente entre respetivos órgãos políticos. Os sistemas de Governo *“podem ser divididos em sistemas de concentração de poderes e de desconcentração de poderes”* (Proença de Carvalho, 2010: 84). Uma classificação recorrente apresenta-nos os Sistemas de Governo como Governamentalistas, Presidencialistas ou Parlamentaristas. Uma classificação mais vulgarizada propõe-nos o

⁴ A tríade (1933) teve como precursor Arthur N. Holcombe, tendo sido adotada posteriormente por Maurice Duverger. Outros autores, como Sartori ou Pasquino, também se reveriam nesta formulação.

⁵ O autor apresenta cinco tipologias, subdividindo o Bipartidarismo e o Multipartidarismo. O Bipartidarismo pode apresentar-se como Perfeito ou Imperfeito e, por sua vez, o Multipartidarismo desmembra-se em integral ou de partido dominante.

Parlamentar, Presidencialista, de Convenção ou de Assembleia⁶ ou Misto Semipresidencialista (Fernandes, 2008: pp. 151 a 155). É de realçar a existência múltipla de interpretações, variando de autor para autor.

Partidos Políticos: Estruturas Dinâmicas

Em seguida, apresentaremos uma visão genérica dos Partidos Políticos. Como tal, questões como “O que é um Partido Político?”, “Qual a génese dos Partidos Políticos?”, “Quais as tipologias referentes aos partidos Políticos?”, ou outras serão respondidas sucintamente, alvejando as ideias essenciais. Primeiramente, o que poderemos entender por Partido Político? Este, de um ponto de vista abstrato, trata-se de uma estrutura que tem por base ideológica o alcance do Poder. Ele é um fração da Sociedade Civil. Um investigador italiano reforça a nossa definição, apontando-o como um *“ator unitário, que compreende um conjunto bem definido de objetivos políticos e de preferências ao nível das políticas públicas”* (Cotta, 2008: 19). Maurizio Cotta, professando uma necessária decomposição do Partido, acrescenta que estes são *“estruturas internamente articuladas em que ocorrem dinâmicas complexas”* (Idem). Um Partido Político, paralelamente ao Estado, é uma constante no quotidiano civil. Este carácter existencial é brilhantemente definido por Jean Charlot: *“O partido político é algo de omnipresente: nos regimes autoritários como nos regimes liberais, nos países em vias de desenvolvimento, como nos países industrializados. É difícil citar um Estado onde não haja ao menos um partido político”* (Charlot, 1974: 9).

No tocante ao surgimento dos Partidos Políticos, ou seja, ao contexto histórico e socioeconómico que possibilitaram o surgimento dos mesmos, as investigações e perspetivas são algo divergentes. Duverger⁷ apresenta-nos o surgimento dos primeiros Partidos Políticos num período histórico recente, mais concretamente, no Século XIX, declarando como exceção os EUA⁸. Por outra via, indo mais atrás na História, um outro leque de autores defende a existência de partidos políticos desde o século XVII. Sendo assim, Whigs e Tories, na Inglaterra (séc. XVIII), Girondinos e Jacobinos, na França (final do séc. XVIII) e Federalistas e Anti-Federalistas nos EUA (séc. XVIII e XIX), assumiram-se como percursores dos Partidos Políticos (Cf. Proença de Carvalho, 2010: 97). Torna-se notório que estes agrupamentos sociais não se constituíam como Partidos Políticos tal como hoje os conhecemos, onde estes assumem um papel preponderante em

⁶ Neste modelo impera a rejeição do princípio da separação dos poderes. São exemplos de consagração: Constituição Suíça, Constituições da URSS ou em países vulgarmente assumidos como “democracias populares”.

⁷ Quanto à origem dos Partidos Políticos, diga-se que Duverger protagonizou uma classificação clássica, em que assume a existência de partidos de origem eleitoral, origem parlamentar e origem exterior.

⁸ Os EUA detinham Partidos Políticos desde a institucionalização do modelo Federal.

todos os espectros sociais. Visto que enquadrámos as forças partidárias quanto ao seu contexto, não é demais referir a existência de pseudo ou proto Partidos Políticos na remota Antiguidade Clássica⁹. O campo da classificação de Partidos Políticos tem sido um outro plano alvo de investigação e tratamento. Várias são as interpretações, embora tendemos a concordar com uma repartição em três grandes divisões: Partidos de Quadros, Partidos de Massas e Partidos de Integração Social. Estes, por sua vez, possuem várias subdivisões. Entre os Partidos de Quadros podemos situar Conservadores e Liberais; os Partidos de Massas abarcam Socialistas Especializados e Totalitários (Cf. Fernandes, 2008: 196), que se subdividem em Comunistas e Fascistas; por sua vez, nos Partidos de Integração Social agrupamos Católicos, Trabalhistas e Social-Democratas.

Quanto à funcionalidade dos Partidos Políticos em si, e os papéis que desempenham consoante o contexto, um dado Partido Político pode assumir múltiplos desempenhos, como teoriza M. Cotta, ao afirmar que: “*É deste modo que nos referimos frequentemente ao “partido parlamentar”, ao “partido organização” e até ao “partido no eleitorado”*” (Cotta, 2008: 97), Sendo que esta divisão pode assumir múltiplas variantes, como o “partido ao nível do poder local” ou ainda o “partido burocrático”. O autor tenta apresentar uma relação entre as várias conceções que o Partido Político pode abranger. Para diferentes jogos políticos, diferentes posturas. No que toca ao grau de participação cívica nos Partidos Políticos, uma terminologia adotada por Maurice Duverger, constatou a existência de quatro círculos de participação, sendo eles: eleitores, simpatizantes, aderentes e militantes (Cf. Fernandes, 2008: 197), consecutivamente, segundo o carácter mais perceptível de intervenção. Este campo de análise foca, preliminarmente, algumas das especificidades que serão trabalhadas mais adiante. Em modo de conclusão, o Partido Político é um mecanismo organizador, que reúne as Massas, visando o fortalecimento das suas necessidades, no quadro das sociedades democráticas. A brilhante constatação de Robert Michels¹⁰ elucida-nos sobre esta mesma referência, declarando que “*A democracia não é pensável sem organização. Só a organização pode dar consistência às massas*” e, como tal, o indivíduo necessita da agregação para o combate democrático - “*Este novo elemento, que representa um significado coeficiente da história contemporânea, é hoje o partido político*” (Michels, 2001: 10 e 53). Concluindo a análise geral dos Partidos Políticos, constatamos, em última análise, que “*os partidos políticos são organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do Poder*” (Fernandes, 2008: 187).

⁹ Os cidadãos congregados em torno de um ideário político formavam, na realidade, um autêntico Partido Político, embora com características diametralmente opostas aos tempos modernos.

¹⁰ R. Michels, inicialmente colaborador de Max Weber, viria progressivamente a distanciar-se deste, optando por adotar as teses elitistas de Mosca e Pareto.

Captação das Massas

“Partido Cartel”, “Catch-all party”, centro como espectro ideológico e Terceira Via. Estas expressões dominam o jogo político-partidário nas Democracias Modernas Ocidentais. Mas quais as pretensões dos atores políticos relativamente ao tratamento das Massas? As pretensões recaem sobre um controlo passivo ou ativo? Algo poderá, desde já, ser adiantado: as Massas não podem escapulir-se ao controlo das forças políticas, em concreto. O interesse sobre a totalidade, o discurso pró-Povo é um ingrediente da Democracia atual, *“Hoje em dia todos os agentes da vida pública falam e combatem em nome do Povo, em nome da totalidade”* (Michels, 2001: 43). Concentremo-nos no papel do Partido Político. A particularidade emergente rapidamente resvala para o universo das classes. Este, *“ainda que nascendo necessariamente da defesa de interesses particulares, tem a ambição de se identificar com o universo inteiro, ou pelo menos com a totalidade dos seus concidadãos, tem um gosto especial por falar em nome de todos e por anunciar em nome de todos o combate pelo bem de todos”* (Idem: 45).

Paradigma Oligárquico-Elitista

Democracia e Partidos Políticos: Elementos Oligárquico-Elitistas

Este capítulo tem por base demonstrar o carácter fortemente oligárquico-elitista que envolve as Democracia Representativas, particularmente os Partidos Políticos, atores fulcrais no funcionamento da representatividade democrática, sendo estes, os principais agentes que detêm a missão de articular o Estado e a Sociedade Civil. Apesar de o Poder estar confinado a um determinado conjunto de personalidades num período de tempo limitado e este, ser delegado pelo Povo Soberano, as instituições estatais não deixam de se caracterizar por atributos adversos à Democracia, como originalmente a teorizam. Como tal, uma elite é sempre uma elite, qualquer que seja o regime a descrever. Assim sendo, *“Mesmo uma elite a prazo constitui um elemento oligárquico-elitista no Estado”* (Zippelius, 1997: 239).

A execução política, na Democracia Representativa, por intermédio dos Partidos Políticos é tendencialmente geradora de elitismo, por via da concentração do poder decisório. A estruturação democrática, partindo de um oligárquico-elitismo no interior dos Partidos Políticos resulta no mesmo fenómeno, no que concerne aos órgãos estatais. Toda a mecânica do Estado é oligárquica, pelo motivo de que *“os altos funcionários dos partidos, que dirigem o parlamento e integram o governo, alcançam poder no Estado através destes órgãos”* (Idem). A essência do modelo da representatividade democrática tem por base a delegação de mandatos do

Povo para os seus representantes, tendo estes o intuito de fazer valer os seus propósitos. Este ideal complementa-se por uma nítida faceta oligárquico-elitista, que temos vindo a retratar, seja qual for o tipo de Democracia Representativa em análise. O todo ou a maioria revê-se nestes elementos elitistas geradores da representatividade. Este vetor pode assumir múltiplas eficácias. Quando uma sociedade é verdadeiramente pluralista e a circulação de elites sucede, o Povo revê-se nestes fundamentos, mas aquando de existência de cartelização¹¹ na democracia, em que a movimentação elitista torna-se confinada a um grupo restrito de atores políticos, a representatividade democrática revela-se adulterada e falseada. Como tal, o oligárquico-elitismo revela-se imprescindível no regular funcionamento das Democracias Representativas. Partindo desta conceção visualizamos dois panoramas possíveis, um reto e eficaz e outro dissimulador e desvirtuador. Esta possibilidade última - a tirania dos poucos -, suportada, pela inércia dos muitos, corrompe o regular funcionamento democrático.

Disposição Orgânica dos Partidos Políticos

Os Partidos Políticos, quanto à sua estrutura, apresentam-se como flexíveis ou regidos, apesar de ambos os dois modelos condicionarem e relativizarem a democraticidade no interior dos mesmos. Independentemente da sua estrutura orgânica e das suas taxas de militância, todo o Partido Político envereda pelo oligarquismo. A diferença somente é ocasionada pela renovação e circulação dessa mesma particularidade. O acesso é mais aberto ou mais fechado, mas a tendência recai para um predomínio da gerontocracia. A constituição orgânica dos Partidos Políticos, nem sempre assumiu os mesmos contornos, devendo-se esta a condições técnicas: “*a necessidade de especialização dos papéis políticos dentro dos partidos reforça a tendência para uma organização oligárquica*” (Fernandes, 2008: 199). Esta argumentação teve como impulsionador Robert Michels. Este, tomando como instrumento de análise o SPD Alemão, no qual militou, apontou uma fragilidade democrática no interior dos Partidos Políticos, que transpareceria na desigualdade dos associados do Partido, subalternizando-se os presentes perante as tendências oligárquicas persistentes. Na contemporaneidade, com a necessidade da existência de uma classe de políticos profissionais, ou de técnicos, assistimos a uma panóplia de ingredientes que resultam necessariamente numa elitização da política partidária. A política representativa faz-se valer das Massas, mas dispensa o papel ativo das

¹¹ O Partido Cartel, constituído por diversas forças políticas, apresenta-se como distanciado da Sociedade Civil, posicionando-se perante o Estado como um empregador contínuo. O Cartel enraíza-se no Estado, tratando a política como uma dimensão profissionalizante.

mesmas. Digamos que, *“involuntariamente, vai-se assim alargando cada vez mais o fosso entre os dirigentes e as massas” (Idem).*

A tendência em estudo é propícia a uma conservação do Poder, após este estar sob o encaço das forças que o visam obter, ou coo refere Michels *“A organização política tem em vista o Poder, mas a participação no Poder produz sempre o conservadorismo” (Michels, 2001: 394).* Vejamos um exemplo histórico. A Revolução Bolchevique de 1917, autoapelidada de marxista, visava uma democracia de massas, do Proletariado, mas na verdade o ideal Marxista foi deturpado e adulterado. Na verdade, o partido dos muitos nunca sucedeu, sendo na realidade um Partido dos poucos, da elite, dos pretensos vanguardistas de massas que comandaram os intentos da revolução. As massas, somente aprovaram e toleraram a revolução após o golpe de Lenine e do seu séquito. Assim sendo, *“a massa não constitui uma condição prévia do golpe” (Idem).* A Democracia Representativa é o reflexo da vida partidária, da sua organização e do seu funcionamento. Contudo, a Democracia revela um reverso nos seus ideais. Torna-se uma imagem de um passado pelo qual combateu e tentou ofuscar. Primeiramente, negando e rejeitando o espírito aristocrata, esta cede perante este mesmo modelo, absorvendo formas análogas. Como havia refletido Michels, *“É esta a marca mais profunda e mais característica da história dos partidos políticos” (Idem).*

“Lei Férrea da Oligarquia”

Toda a investigação conduzida por Robert Michels viria a resultar numa *“Lei de Ferro da Oligarquia”* ou *Lei de Bronze da Oligarquia*”, visando um impacto universal num intento de se efetivar como uma autêntica Lei Social (Cf. Fernandes, 2008: 199). Esta pretensa Lei é indissociável da separação entre massas e decisores. A organização não passa de uma propensão para a oligarquização. O autor, no seu estudo, aponta que a vida em sociedade depende de uma atividade dirigente, normalizadora dos preceitos sociais, e todo este fenómeno dispensa que as ciências direcionem juízos morais nesse sentido. A doutrina de Michels assenta num apanágio: *“A estrutura oligárquica do conjunto cobre totalmente a base democrática” (Michels, 2001: 423).* A constituição de formas oligárquicas no interior de qualquer modelo democrático assume-se como orgânica, ou seja, o ideal de organização emerge destas mesmas tendências. Esta proposta científica acarreta uma vertente do ser e do dever-ser. Esta elitização trespassa modelos organizativos no interior das Democracias. Também os sindicatos, corporações ou outras organizações sociais desencadeiam este aspeto interno.

O ideal igualitário e democrático tende a emergir aquando do surgimento destes modelos organizativos embora, com um determinado estado de desenvolvimento, ocorra necessariamente o oligárquico-elitismo. Robert Michels, elaborando um quadro esquemático, apresenta a etiologia da oligarquização no seio dos partidos da democracia. Este, partindo de uma trilogia formada por Psicologia dos Indivíduos, Necessidade da Organização e Psicologia de Massas, erige uma ramificação que originará uma necessidade de divisão do trabalho e de especialização. Este fator propicia a institucionalização de classes dirigentes, Como tal, a fomentação de dirigentes inamovíveis na busca da estabilidade, somada ao crescimento dos apetites naturais pelo Poder, originam uma oligarquia constante. Assim sendo, diga-se que *“As correntes democráticas, ao longo da história, fazem lembrar a rebentação contínua das ondas”* (Idem: 429).

Conclusão

A investigação levada a cabo teve o propósito de apresentar uma realidade escamoteada no seio das Democracias Representativas, mais concretamente, uma visão que, partindo das dinâmicas internas inerentes aos Partidos Políticos, se reflete na esfera do Estado e dos órgãos políticos. Partindo de uma análise sistémica, refletimos sobre o panorama dos sistemas políticos e suas variáveis, como forma de perfazer uma ligação com as demais componentes em estudo. Expor e conceptualizar as ferramentas de trabalho revela-se imprescindível. Com o presente trabalho, visámos trabalhar determinados vetores, tal como o relacionamento entre massas e oligárquico-elitismo no âmbito das Democracias Modernas. A alienação e a captação de Massas no âmago das Democracias tem-se revelado uma prática recorrente. As Massas revelam-se preponderantes no jogo político da Democracia Representativa mas, na realidade, elas são alvo de um enquadramento sistémico por parte das forças políticas ativas - o denominado oligárquico-elitismo. A autonomia e o discernimento do indivíduo reflete-se como uma realidade propícia a ser descaracterizada ou condicionada pelas presentes tendências. Na realidade, as Democracias estão altamente impregnadas de elementos oligárquico-elitistas, especialmente, os Partidos Políticos, agentes fundamentais da ligação entre a Sociedade Civil e o Estado. Os “democratas”, batalhando contra os elementos oligárquicos do passado - estruturas altamente desiguais -, tornam-se, após todos os processos revolucionários existentes, profundamente elitistas, refletindo-se esse cenário no seu combate com o passado histórico. Todo o Poder Político está visado por um ideal de extrema conservação dos agentes políticos. Os Partidos Políticos e a Oligarquia apresentam-se como duas dimensões simbióticas no quadro geral dos sistemas políticos.

Bibliografia

CARVALHO, Manuel Proença de (2010) *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*. 3ª Ed., Lisboa, Quid Juris.

CHARLOT, Jean (1974) *Os Partidos Políticos*. Lisboa, Parceria A.M. Pereira.

COTTA, Maurizio (2008) *Democracia, Partidos e Elites Políticas*. Lisboa, Livros Horizonte.

DUVERGER, Maurice (1985) *Os Grandes Sistemas Políticos, Instituições Políticas e Direito Constitucional – 1*. 1ª Ed., Coimbra, Livraria Almedina.

FARELO LOPES, Fernando (2004) *Os Partidos Políticos*. Lisboa, Celta Editora.

FERNANDES, António José (2008) *Introdução à Ciência Política, teorias, métodos e temáticas*. 1ª Ed., Porto, Porto Editora.

MICHELS, Robert (2001) *Para Uma Sociologia Dos Partidos Políticos Na Democracia Moderna*. 1ª Ed., Lisboa, Antígona.

PASQUINO, Gianfranco (2005) *Sistemas Políticos Comparados*. 1ª Ed., Cascais, Principia.

POPPER, Karl; CONDRY, John (2007) *Televisão: Um Perigo para a Democracia*. 3ª Ed., Lisboa, Gradiva.

ZIPPELIUS, Reinhold (1997) *Teoria Geral do Estado*. 3ª Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

RAMALHO, Tiago Rego. «Uma Visão Sistémica da Sociedade e dos Partidos Políticos: *Robert Michels e o Oligárquico-Elitismo*», *Working Paper #73*, Observatório Político, publicado em 03/07/ 2017, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.